



A necessidade de evacuação de bairros em Maceió-AL e os impactos urbanos socioespaciais: novos desafios para o planejamento urbano na cidade.

Caroline Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Alagoas

caroline.santos@fau.ufal.br

Inara Querino de Mendonça

Universidade Federal de Alagoas

inara.querino@gmail.com

José Gabriel Juliani de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas

jose.oliveira@fau.ufal.br

Kleyton Lucas de Castro Oliveira

Universidade Federal de Alagoas

k.lucas@hotmail.com

Leandro Ferreira Marques

Universidade Federal de Alagoas

frleandro98@gmail.com



A NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO DE BAIROS EM MACEIÓ-AL E OS IMPACTOS URBANOS SOCIOESPACIAIS: NOVOS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE

C.G.Santos, I. Q. Mendonça, J. G. J. Oliveira, K. L. C. Oliveira e L. F. Marques

RESUMO

Maceió, capital de Alagoas, ganhou destaque nacional após identificar, em 2018, rachaduras no solo e em imóveis. Estudos concluíram que há uma desestabilização do terreno, proveniente da extração de sal-gema, provocando subsidência nos bairros Mutange, Bebedouro, Pinheiro e Bom Parto, e recomendaram a realocação, em menor tempo possível, dos moradores e demais usuários da área com demolição de alguns imóveis. Assim, este artigo objetiva refletir sobre as implicações socioespaciais desse processo de realocação para a cidade, que precisa agora absorver cerca de 30 mil moradores, além de serviços e usos institucionais presentes na área. Para tanto, busca-se caracterizar urbanisticamente os bairros afetados e as políticas de enfrentamento adotadas nesse contexto. Com isso, percebe-se um grande desafio para o Estado, que numa cidade do porte de Maceió, que ainda lida com problemas urbanos básicos de moradia, mobilidade e saneamento básico, precisa atender a uma nova demanda urgente e inédita no país.

1 INTRODUÇÃO

O início do ano de 2018 apresentou fortes chuvas na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas. Ainda em fevereiro, moradores do bairro do Pinheiro acionaram a Defesa Civil, em virtude do surgimento de rachaduras, fissuras e trincas em imóveis e também nas vias. Em março do mesmo ano, um tremor de terra, registrado em 2,5 de magnitude na escala *Richter*, assustou ainda mais os moradores, ampliou as rachaduras e acendeu um alerta de que algo havia acontecido, levando a Defesa Civil Municipal a acionar a Defesa Nacional.

Apenas em maio de 2019 foi divulgado relatório com o resultado dos estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, o qual apontava como causa dos danos nas vias e imóveis a subsidência do solo em virtude da desestabilização do terreno, essa decorrente, por sua vez, da extração de sal-gema pela empresa petroquímica Braskem (Brasil, 2019a), que atua no Estado de Alagoas desde 1976.

Já que a empresa fora Implantada a partir dos incentivos da política de industrialização para o Nordeste e associada à imagem que a indústria, sobretudo a de mineração, assume para burocratas e políticos e para a sociedade civil, de símbolo de desenvolvimento e capacidade de gerar trabalho e bem-estar (Enriquez, 2007), os riscos propalados por alguns, inclusive de subsidência, a exemplo do alerta do biólogo José Geraldo Marques,

então Secretário do Meio Ambiente (TNH1, 2019), foram minimizados, ou vistos como o preço do progresso. Stengers (2015, p.17) salienta que nos últimos 30 anos se evidenciou uma postura que parte da ideia de que medidas políticas não podem tocar nem nas leis do mercado e nem nos lucros das indústrias, como se entendesse que “não tem jeito, é preciso”.

Durante o ano de 2018, entre o registro dos acontecimentos e identificação das causas, bairros vizinhos, como Mutange e Bebedouro começaram a perceber também o surgimento de rachaduras, muitas hipóteses surgiram sobre a origem dos problemas: possibilidade de rebaixamento do lençol freático a partir da exploração de águas subterrâneas, em virtude dos inúmeros poços de água existente na área; características geotécnicas do solo na região; além de processos erosivos decorrentes das precárias condições de drenagem, sobretudo com a impermeabilização do solo. A primeira foi descartada, a segunda se confirmou pela identificação de falhas geológicas na área, mas, segundo estudo, ativada pela deformação das cavernas de mineração, e a terceira não se relacionaria à origem do problema, mas pode acentuar o processo de desestabilização (Brasil, 2019). Após alguns meses da divulgação dos resultados, o bairro do Bom Parto também apresentou problemas relacionados, totalizando quatro bairros afetados em uma área de mais de 242 hectares.

Com isso, foi definido um mapeamento das áreas de risco, setorizado por níveis de criticidade e recomendação a realocação imediata. Antes disso, famílias em imóveis mais danificados passaram a receber um auxílio aluguel do Estado no valor de R\$ 1000,00 reais, outras decidiram sair por conta própria pelo medo, enquanto outras tiveram que aguardar angustiadas os desdobramentos e negociações. A empresa, desde o princípio, nega sua responsabilidade, ainda assim vem firmando termos de cooperação e acordos junto ao Ministério Público Federal e Estadual, bem como Defesa Civil Municipal e Nacional para reparar os danos que a cada dia se revelam mais profundos para toda a cidade.

Dito isto, este artigo tem como objetivo refletir sobre as implicações socioespaciais desse processo de realocação para a cidade - que precisa agora absorver cerca de 30 mil moradores, bem como os serviços e usos institucionais presentes na área. Além de analisar o tratamento dado aos moradores dos assentamentos informais consolidados presentes no recorte, que podem passar por um novo processo de invisibilização, apenas substituindo os riscos, conforme alerta Moretti (2015, p.3): “o risco geotécnico pode ser substituído por um risco social, se não forem adequadamente previstas e conduzidas as medidas preventivas e cautelares associadas à mudança de endereço”.

Para tanto, foi feita uma caracterização urbanística dos bairros atingidos, a partir de revisão bibliográfica, dados demográficos e censitários, e pesquisas de campo, quanto aos aspectos físico naturais, perfil socioeconômico, uso e ocupação do solo e infraestrutura, bem como identificação das transformações socioespaciais em curso em virtude do problema identificado. Também foram consultados relatórios dos estudos realizados e informações veiculadas na mídia acerca das políticas de enfrentamento adotadas. Desse modo, discutem-se os novos desafios que se impõem para o planejamento urbano da cidade de Maceió, que se somam a questões anteriores básicas de moradia, mobilidade e saneamento básico, para citar algumas.

2 CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA DOS BAIRROS ATINGIDOS E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE

O município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, no nordeste do Brasil, situa-se entre a Laguna Mundaú e o Oceano Atlântico, com população estimada de 1.018.948 pessoas em 2019, em um sítio de 509,32 km² dividido em 50 bairros (Figura 01) e de Índice de Desenvolvimento Humano de 0,721, considerado médio (IBGE, 2010). Entremeadada por corpos d'água, a cidade começa a expandir seu núcleo urbano no século XIX como rota natural de escoamento de produtos (como cana de açúcar, algodão e outras mercadorias) do interior, passando pelos atuais bairros do Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Centro, até o litoral, no Porto de Jaraguá, para exportação (Simões, 2017). Em 1839, Maceió se torna capital de Alagoas, estimulando ainda mais seu crescimento urbano e o aumento da população por processos de êxodo rural no começo do século XX.

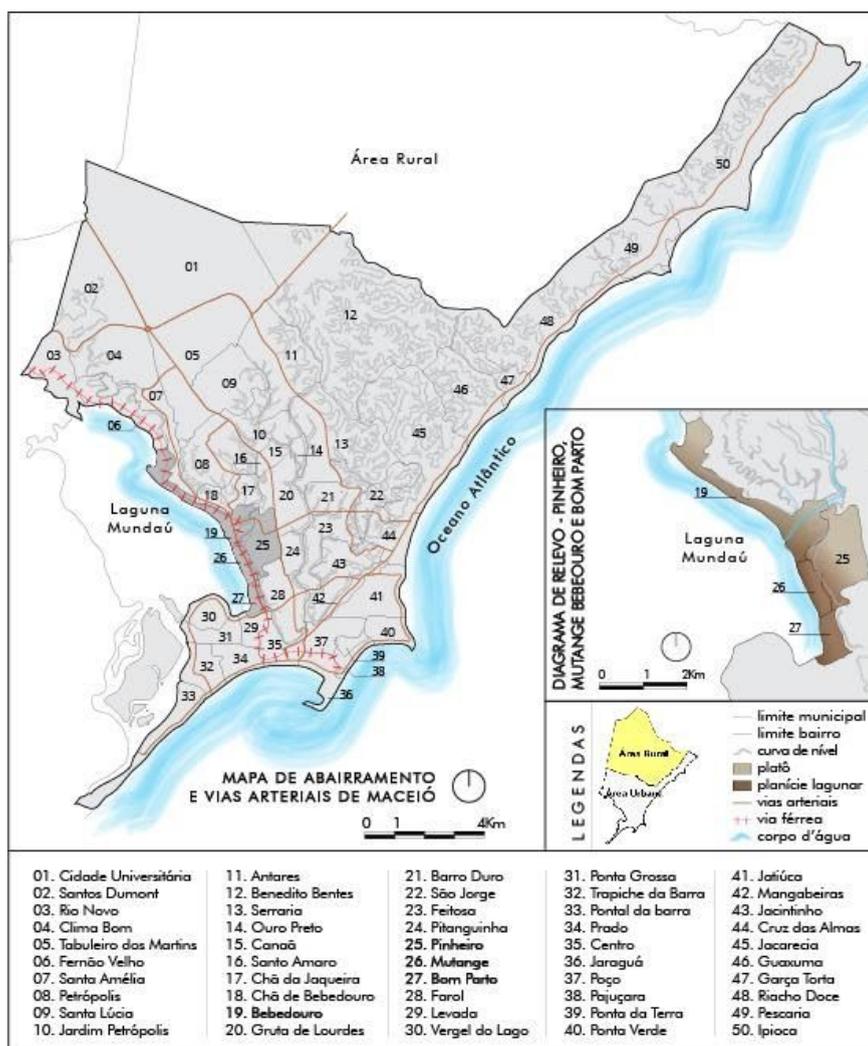


Fig. 1 Mapa de Maceió com marcação dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, principais vias arteriais e esquema da topografia local.

Nesse cenário, a ocupação do território maceioense dá-se baseada em discursos higienistas de propostas de aterro, drenagem e retificação dos corpos d'água, à luz de discursos eurocêntricos, amparados na teoria dos miasmas, que defendiam que os corpos d'água são fontes de insalubridade e doenças, logo impróprios para vida humana (Costa, 2006). A

partir da década de 1940, apesar dos discursos higienistas, há um impulso na ocupação urbana do litoral Leste em vista da valorização turístico-institucional do lazer marítimo. Na década de 1970, por sua vez, destaca-se a implantação da mineradora Salgema Indústrias Químicas S.A (atual empresa Braskem) para exploração de sal-gema¹, entre a orla lagunar e marítima no bairro Pontal da Barra (ao Sul de Maceió). A implantação demandou aterro de ilhas e áreas alagáveis de um total de 202 hectares, além da construção de uma via de escoamento (Dique-Estrada) dos produtos da mineradora na área ciliar da Laguna Mundaú, descaracterizando a flora e fauna (Vieira, 2003) e propiciando um alto risco de poluição ambiental e de problemas de saúde à população local.

Desde então, Maceió expande-se urbanisticamente e consolida-se para o litoral Leste e para planalto Norte (Simões, 2017), ao passo em que há um contínuo distanciamento e favelização da região lagunar. Esses foram os impactos socioespaciais mais imediatamente percebidos, decorrentes principalmente das instalações das plantas da indústria nos bairros do Pontal da Barra e no Mutange. Enquanto isso, a ocupação urbana sobre a superfície dos poços de exploração - localizados nos bairros Mutange, Bebedouro e Pinheiro - foi se intensificando ao longo dessas quatro décadas, agora implicados pela confirmação dos riscos da extração de sal-gema. Desse modo, a seguir apresenta-se a caracterização dos bairros atingidos recentemente e discute-se os novos impactos socioespaciais para a cidade.

2.1 Aspectos Físico Naturais

A cidade de Maceió é característica de uma geomorfologia de planície marinho-lagunar (parte baixa) e planalto sedimentar do tabuleiro (parte alta), entrecortado por áreas de vales, formando encostas de acentuado declive na transição de um para outro (Oliveira, 2004). Essas características geomorfológicas interferiram no modo de ocupação, em que se concentrou no tabuleiro a construção horizontal, enquanto a verticalização predominou na região de planície litorânea marítima, inicialmente. Bairros como **Bebedouro**, **Mutange** e **Bom Parto** fazem parte da planície litorânea lagunar e são áreas ambientalmente frágeis de topografia acidentada, com encostas e grotas que, devido ao inchaço urbano e processo de crescimento da cidade, sobretudo após a instalação da Braskem, acabaram sendo ocupadas por uma população de baixa renda; diferente do bairro **Pinheiro**, localizado numa área de platô, com exceção de algumas áreas abaciadas, na conhecida “parte alta” da cidade (ver Figura 1).

No solo, a abundância de jazidas de sal-gema atraiu a instalação da mineradora Braskem, com sua sede no bairro Pontal da Barra e poços de extração nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, como mencionado. Dado o contexto regional, a área desses bairros, típica do grupo barreiras, é marcada pela existência de falhas geológicas, poços e cavidades preenchidas com água e rochas de baixa densidade. Essas características geológico-geotécnicas do solo foram consideradas como hipótese para o atual processo de subsidência, porém os estudos da CPRM identificaram que a exploração da área foi o principal fator que reativou essas falhas e desestabilizou o terreno (Brasil, 2019).

Como consequência da desestabilização, os estudos estabeleceram graus de intensidade e características de deformação do terreno. O solo está se comportando de maneira que uma área está em subsidência e outra em zona estável, de forma que na transição entre essas

¹ **Sal-gema** é a nomenclatura dada ao cloreto de sódio, que se encontra em jazidas da superfície terrestre. Com ele produz-se cloro e sódio, usados na fabricação de químicos, petroquímicos e plásticos.

duas áreas ocorrem os quebramentos, concentrados no bairro do Pinheiro e em parte de Bebedouro. Os trechos de maior afundamento estão localizados às margens da Lagoa Mundaú, o que provocou alagamento dessas áreas nos bairros de Bebedouro, Mutange e Bom Parto, e junto aos estudos dessas áreas de maior ou menor risco, medidas protetivas foram sugeridas para cada situação, a fim de diminuir os impactos causados.

2.2 Aspectos Socioeconômicos²

Bebedouro, no início do séc. XX, era conhecido por seu embarcadouro e proximidade da laguna, era um bairro tradicional que se destacava pelas grandes festas populares que promovia, a exemplo das festividades de natal e carnaval (Simões, 2017). Nos dias atuais é caracterizado por suas edificações antigas de valor histórico, as atividades de pesca de sururu na laguna e pela grande concentração de pequenos comércios e feiras. A área possui densidade de 4.470,35 hab/km² e 10.103 habitantes com renda per capita de 294,65 a 706,03 e IDHM³ variando entre 0,595 a 0,756 - implicando em uma população de baixa renda, porém bem fornecidas de serviços: escolas, posto de saúde, etc.

Surgindo no mesmo período em que Bebedouro, como uma área dormitório para os operários da Fábrica de Tecidos Alexandria (com atividades encerradas em 1966) (Simões, 2017), o **Bom Parto**, atualmente, está entre os bairros com menor extensão da capital maceioense, possuindo 12.841 habitantes, densidade de 22.930,35 hab/km², renda per capita variando de 377,01 a 671,71 e IDHM³ de 0,630 a 0,724, e ocupado por uma população de baixa renda que constantemente sofre com a pouca infraestrutura sanitária.

Sendo dentre estes definido como bairro mais recentemente, oficializado através da Lei Municipal N° 4953 em janeiro de 2000, o **Mutange** abriga importantes órgãos públicos e também diversas moradias, frutos de ocupação irregular em sua encosta. É um bairro ocupado por uma população de renda relativamente mais baixa, 315,60 per capita, tem 2.362 habitantes, com IDHM³ 0,609, e densidade de 4.874,07 hab/km². Apesar de caracterizar-se por uma área de infraestrutura precária, decorrente das ocupações das encostas, a situação próxima a bairros bem fornecidos de serviços e transportes públicos, como Bebedouro e Pinheiro, torna o Mutange um bairro com uma localização favorável, quando comparado a outras ocupações de população de baixa renda.

² Os dados utilizados neste tópico são advindos do IBGE (2010) e Atlas de Desenvolvimento Humano (2013). No período em que realizaram as pesquisas o valor do salário mínimo era de R\$ 510,00 reais.

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, sendo considerado muito baixo entre 0 e 0,500, baixo entre 0,500 e 0,599, médio entre 0,600 e 0,699, alto entre 0,700 e 0,799 e muito alto acima de 0,800.

O **Pinheiro**, por sua vez, situado na parte alta da cidade, com 19.062 habitantes e uma densidade demográfica de 9.627,27 hab/km², é um bairro tradicionalmente residencial com grande concentração de empresas consolidadas, cerca de 2700, segundo a Juceal (2019), fornecendo serviço para os moradores do bairro e entorno. Antes do incidente, vinha passando por um processo de valorização através da verticalização das suas edificações. Sua população caracteriza-se por grande poder aquisitivo e de qualidade de vida elevada, vista a aproximação a serviços e vias principais, possuindo renda média que varia entre 1152,50 e 2264,67 e IDHM entre 0,838 a 0,900.

Desde a percepção de subsidência, os bairros vêm sendo esvaziados, alguns moradores saíram por conta própria, sobretudo os de maior poder aquisitivo, posteriormente sendo atendidos junto aos demais moradores das áreas de risco pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação - programa criado pela empresa para determinar os valores da indenização e auxiliar na retirada da população. Outras partes dos bairros ainda se encontram em monitoramento, o que gera uma insegurança nos habitantes da região, tanto pela iminência de poderem ser incluídos na indicação de remoção, visto que a área de desocupação definida já foi expandida em duas ocasiões anteriores, bem como pelo isolamento que passam a vivenciar sem parte da vizinhança, de serviços e comércios.

Cabe ressaltar a relação afetiva dos moradores com seus bairros, construída, em alguns casos, por gerações, a partir das festividades, laços de vizinhança, atividades e práticas estabelecidas ao longo dos anos. A população retirada, de modo geral, passa por movimentos de re-territorialização (Haesbaert, 2001), muda-se, estabelece novas conexões, mas sem necessariamente perder a memória, afetividade com o espaço anteriormente ocupado. Hábitos, por exemplo, como o das festividades de Bebedouro são perdidos e dificilmente serão repostos na nova localização.

2.3 Uso e Ocupação do Solo

De acordo com o Plano Diretor do Município de Maceió (2005), o Pinheiro integra a Macrozona de Adensamento Controlado no tabuleiro, e os bairros do Mutange, Bom Parto e Bebedouro integram a Macrozona Prioritária para Implantação de Infra-Estrutura Urbana na planície lagunar. Além disso, os três últimos bairros contam com 05 Unidades Especiais de Preservação (UEP) (a Igreja N. S. do Bom Parto, a Vila Operária da Fábrica Alexandria, o Instituto do Meio Ambiente, a Associação dos Magistrados e a Vila Lilota - Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça), 04 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e são classificados como Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico (Maceió, 2005).

Já o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (2007), que traz os parâmetros construtivos, classifica o bairro do Pinheiro como Zona Residencial de estímulo à ocupação vertical alta (de até 20 pavimentos). Mutange, Bom Parto e Bebedouro, por sua vez, são Zona Residencial de incentivo à promoção de Habitação de Interesse Social (HIS); enquanto Bebedouro também é definido como Zona Residencial e Agrícola, Zona Especial de Preservação Cultural e Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico. Ressalta-se ainda que a cidade de Maceió está passando pelo processo de atualização do Plano Diretor⁴, e nele se destaca que para os bairros afetados eram previstos zoneamentos similares, o que salienta o impacto habitacional, ambiental e patrimonial de sua evacuação.

⁴ O Plano Diretor do Município de Maceió deveria ter sido revisado e entregue em 2015, porém, devido a atrasos da gestão municipal somados ao surgimento desses problemas em 2018, o plano está atrasado 5 anos.

Os 04 bairros são predominantemente residenciais, com poucos vazios urbanos (com exceção da área Oeste do Bebedouro, que contém glebas não ocupadas) e de Condição de Ocupação dos Domicílios Particulares Permanentes majoritariamente Próprio e Quitado (média de 65%), seguido dos Alugados (média de 27%), diferindo apenas no tipo (reflexo dos aspectos socioeconômicos): enquanto Pinheiro tem 31,7% de Apartamento, os demais apresentam número acima de 75% de Casa.

Frente ao episódio de subsidência do solo pela extração de sal-gema, decreta-se, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, a evacuação preventiva da área em etapas e de acordo com a zona e respectivo setor de criticidade (Figura 02). Até setembro, 8.124 imóveis estavam situados na área definida como criticidade 00, em que deve haver a realocação.

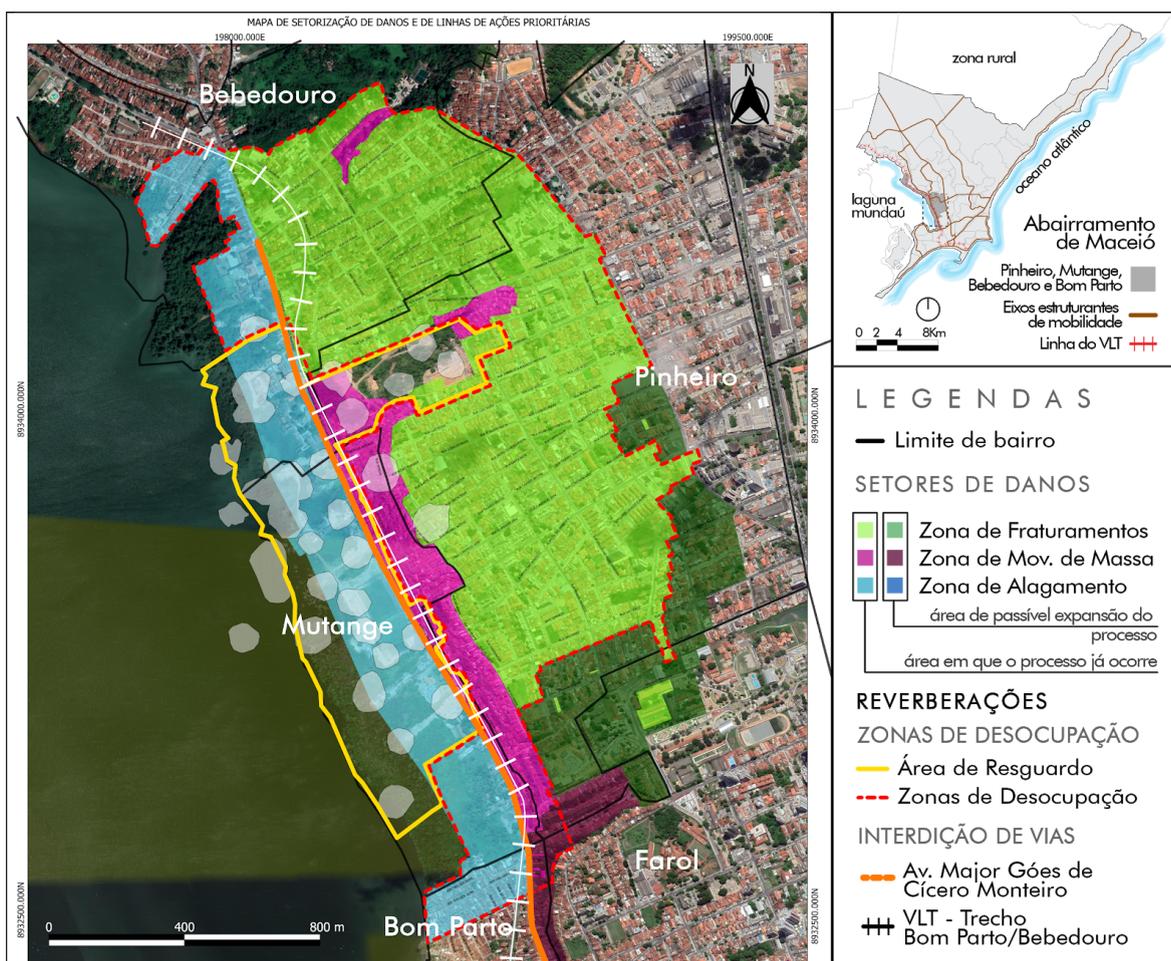


Fig. 2 Mapa de setorização de danos e zonas de evacuação.

A negociação para desocupação está sendo feita através do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da Braskem que “[...] prevê auxílio à desocupação de R\$ 5 mil, [...] aluguel de R\$ 1 mil, transportadora, custos com imobiliária, depósito para móveis, apoio psicológico e de assistentes sociais.” (Braskem, 2020, [S. p.]). Pelos dados divulgados pela empresa, tem-se que, até o início de novembro, 2.263 propostas de compensação financeira foram aceitas e **7.241 famílias** foram retiradas da área de risco.

Com a desocupação, a posse dos imóveis passa a ser da Braskem até a indenização, quando a propriedade é adquirida pela empresa. Ou seja, destaca-se que esta vem se tornando proprietária fundiária de uma grande e central parcela do território da capital alagoana, o que leva a questionar o uso e ocupação que serão dados às zonas evacuadas e cumprimento da sua função social. Sabe-se, até o momento, que um grupo intersetorial foi estabelecido na prefeitura para discutir o que será feito na área, mas este afirma estar no início das discussões.

Para além do uso residencial, os bairros também apresentam usos institucionais, industriais, de pequenos comércios e importantes serviços presentes nas zonas de evacuação, destaque para 02 hospitais; 08 escolas estaduais; 03 escolas municipais; 01 creche municipal; unidades básicas de saúde, Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) - Bom Parto; UEPs; Estação de Trem do Mutange; dentre outros (Brasil, 2019b).

Mesmo os imóveis que não estão dentro da área de evacuação são impactados ou por estarem em áreas passíveis à expansão da desocupação ou por sofrerem consequências socioeconômicas advindas da noção de risco local. É o caso da Subestação de Energia do Pinheiro, da Loja de Departamento Casas Vieira; do Shopping Farol; e dos pequenos comércios, escolas e postos de gasolina da região. Além disso, a necessidade de realocação de usos de serviços, grandes comércios e instituições também modifica a dinâmica urbana dos novos locais em que esses usos são locados, a exemplo da sobrecarga do tráfego urbano na Av. Presidente Getúlio Vargas no bairro da Serraria, em vista da realocação do Centro Médico Hapvida para área.

Essa alta e repentina demanda exige rápidas providências, dada a situação de risco, contudo esbarra na problemática de que o estoque de imóveis disponíveis na cidade para comercialização em 2019 era de 4.373, correspondente ao mercado residencial vertical e horizontal (SINDUSCON, 2019). Ademais, vale ressaltar que boa parte da área de evacuação engloba completamente o território do bairro do Mutange (Figura 02), ou seja, parte das encostas e da planície lagunar, caracterizadas por uma ocupação de assentamentos informais classificadas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pelo Plano Diretor de Maceió (2005). Os habitantes dessa região podem estar passando por um novo processo de favelização e invisibilização.

Por estes territórios já serem configurados como zona de risco mesmo antes do caso de subsidência do solo, uma das medidas da prefeitura foi a atuação junto ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Em agosto de 2019, foi anunciada a destinação de 240 unidades no bairro do Rio Novo (G1 AL, 2020a), a 11 km. Já em março de 2020, junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional, uma portaria flexibilizou os critérios do programa e permitiu a compra dos imóveis - 500 unidades habitacionais do empreendimento Vale Bentes - por pessoas residentes na encosta do Mutange e do Bom Parto, áreas consideradas como prioridade de realocação. Sendo assim, os moradores optam por uma unidade nesse conjunto que dista 15 km da antiga moradia, ou pela indenização pré-fixada em R\$ 81.500 para adquirir outro imóvel, ou negociar diretamente com a empresa (Braskem, 2020).

Com isso, famílias mais precariamente territorializadas (Haesbert, 2001) e que possivelmente produziram uma frágil estrutura de sobrevivência na sua área, citando Moretti (2015), verão esta se alterar dramaticamente no processo de realocação. Chama-se atenção a esse tratamento diferenciado pois não reflete um estudo sobre as singularidades

de cada bairro, de imóveis e sobretudo de famílias, uma vez que o auxílio aluguel é o mesmo para todos, bem como o auxílio à desocupação. Acentua-se a desigualdade, independente do risco a que agora foram expostos. Embora se compreenda a necessidade imediata de realocação em virtude do risco, Moretti (2015) aponta que é sempre traumático esse processo de retirada dos moradores do local em que produziram suas relações sociais, e estendemos isso aqui para os moradores das demais áreas.

2.4 Infraestrutura Urbana - Saneamento Ambiental e Mobilidade

A mobilidade urbana é um aspecto bastante discutido na construção de políticas públicas. A população cada vez mais urbana fez com que as cidades crescessem consideravelmente e tivessem sua população cada vez mais espalhada. Maceió experimentou um adensamento populacional bastante expressivo ao longo das décadas do século XX, especialmente de 1970 a 2000 (Simões, 2017). Com o surgimento de políticas habitacionais como Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e MCMV, novos territórios da cidade foram ocupados, aumentando assim o tecido urbano (Lopes e Junqueira, 2005).

Como mencionado, os bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto se comportavam como bairros já consolidados. São próximos do bairro Centro da cidade e cortados por avenidas de extrema importância para a malha viária do município e pela linha férrea. O Plano Diretor de Maceió (2005), ao incentivar o adensamento populacional na área do Pinheiro, prevendo o aumento do tráfego no bairro, trouxe diretrizes para a criação de binários e implantação de VLT também na Avenida Fernandes Lima - importante via de ligação da cidade entre a planície litorânea e o tabuleiro. Já para os bairros Bom Parto, Mutange e Bebedouro, o Plano Diretor mostrava a necessidade de consolidar o VLT, ampliando o número de viagens e também o seu trecho, estendendo-o até a planície litorânea. Trouxe também algumas propostas para melhoria e incentivo de para criação de rotas nesses bairros, tornando uma opção para interligar áreas da cidade: criação de binário no Bom Parto; implantação de uma via no Mutange margeando a encosta e via férrea; implantação de via paralela à via férrea em Bebedouro.

Com a definição das áreas de risco, ruas, avenidas e um trecho da via férrea tiveram que ser interditados (G1 AL, 2020b). A Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, uma das avenidas que compõem a ligação Norte-Sul que margeia a Lagoa Mundaú foi totalmente interditada no trecho entre o bairro do Bom Parto e Bebedouro, passando pelo Mutange. Os motoristas precisam fazer um desvio que sobe a encosta e passa por várias ruas, o que alonga bastante o percurso, além de saturar diversas ruas estreitas não preparadas para receber todo esse tráfego. Salienta-se ainda que a interdição ocorreu durante a pandemia, não estando em funcionamento pleno as atividades na cidade, portanto os maiores impactos dessa interdição, serão sentidos posteriormente, com a retomada das atividades.

Quanto à interdição do trecho do VLT - transporte público de baixo custo para os usuários, que interliga Maceió a Rio Largo, passando pelos bairros da margem da lagoa Mundaú e também pela cidade de Satuba - a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) está se utilizando de ônibus que fazem o trajeto entre as estações Bom Parto e Bebedouro, ficando a estação Mutange inutilizada. Esse fato sobrecarrega ainda mais o sistema viário da cidade de Maceió, pois além da perda da avenida Major Cícero de Góes Monteiro, alternativa de ligação entre as partes alta e baixa da cidade, o modal, VLT, também ficou com sua capacidade de atendimento comprometida (Diário do Transporte, 2020).

Vale ressaltar que problemas básicos de rede drenagem, esgotamento sanitário e saneamento básico são fatores que contribuíram para o aceleração do processo erosivo, principalmente em períodos de chuva. Segundo o IBGE (2010), a cidade tem 99% de taxa de urbanização, e apesar dos indicadores de moradia mostrarem que serviços como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo variam entre 80% e 99% na capital, apenas pouco mais de 47% da cidade possui esgotamento sanitário adequado.

3 O ESVAZIAMENTO DE BAIRROS E OS DESAFIOS AO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE

A cidade de Maceió, que somente ultrapassou a marca de um milhão de habitantes em 2014, segundo as estimativas do IBGE, passou por um crescimento mais acelerado a partir da década de 1970, conforme já abordado, enfrentando as dificuldades de estender a infraestrutura urbana, assim como aconteceu nas grandes cidades brasileiras. Conta com problemas de moradia relacionados a proliferação de assentamentos precários, que são cerca de 33% da ocupação da cidade (IBGE, 2010), saturação de eixos viários, em face da baixa conexão entre eles, sobretudo em virtude da própria geomorfologia e baixo percentual de área da cidade com saneamento básico adequado, para citar alguns dos desafios que vinham sendo amplamente discutidos na revisão do Plano Diretor, iniciada nos últimos meses de 2015.

O processo de revisão, que já se arrastava por um pouco mais de dois anos, não tinha sido apresentado ainda à Câmara Municipal quando os problemas de rachadura começaram a ser identificados. Com a confirmação da subsidência do solo, necessidade de realocação da população e várias implicações para a cidade, em termos de mobilidade, estoque de imóveis, dentre as outras questões já citadas, é evidente a necessidade da prefeitura de adequar o plano aos novos desafios impostos, a fim de evitar um plano que venha a entrar em voga cheio de exceções, as quais já acontecem devido à situação declarada de calamidade pública. É de conhecimento que o plano permanece em revisão, porém não estão ocorrendo novas discussões nesse sentido, ao menos não com a convocação da sociedade, como preconiza a elaboração de planos diretores.

Salienta-se, neste ponto, que em toda a problemática vivenciada, o agente Estado tem se revelado bastante ausente dos diálogos, deixando a Braskem como principal canal de comunicação com a população atingida. De modo que, em meados de agosto de 2020, a população atingida e os demais moradores da cidade foram surpreendidos com a circulação nas redes sociais de um Estudo Preliminar, elaborado pela Prefeitura Municipal de Maceió, de novo uso para o local, em que se estabelece realocação de parte do trilho, implantação de uma Via Perimetral e Via Parque, manutenção das UEPs e extensa área de reflorestamento com espécies da Mata Atlântica (TNH1, 2020).

O Estado que já falhou nas fases de regulação, uma vez que não identificou os problemas nas atividades de exploração, agora encontra dificuldades em dar as respostas céleres e necessárias à população atingida e manter um espaço de envolvimento da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES

O modelo desenvolvimentista de exploração extrativista presume grandes avanços e desenvolvimentos, porém o preço pelo progresso tão almejado se revelou muito alto e

começou a ser delineado ainda com a implantação da sede da empresa petroquímica Braskem em 1976, embora já houvesse questionamentos sobre a implantação da mineradora em uma área ambientalmente frágil. Para além da desvalorização do entorno, modificando o eixo de crescimento e valorização da cidade, em março de 2018, evidenciou-se que o processo de subsidência do solo atinge mais de 2,42 km² em quatro bairros. Diante desse cenário, a demanda de realocar cerca de 30 mil pessoas, além de instituições, serviços e tantas outras modificações nos aparelhos urbanos é uma grande crise urbana para uma cidade do porte de Maceió.

A gravidade do problema em questão, além de inédita, ainda não ganhou a visibilidade que demanda, tanto sob o olhar dos impactos da exploração de uma mineradora em área urbana - a qual obteve autorização da Agência Nacional de Mineração para pesquisas de viabilidade de exploração de sal-gema no litoral Norte de Maceió e municípios ao Norte, incluindo novas áreas urbanas - quanto sobre as responsabilidades do Estado nessa relação de crise. São muitas vidas diretamente atingidas e, mesmo nesse contexto, tem-se posto em prática um tratamento desigual entre as classes sociais, não considerando suas necessidades singulares, pelo contrário, reforçando suas diferenças de acesso e oportunidades. E tantas outras vidas que serão afetadas indiretamente, sobretudo quanto mais o planejamento se afastar da participação social.

5 REFERÊNCIAS

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013). **Perfil - Unidades de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>.

Brasil (2019b). **Plano de Ação Integrado**: Ações do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil para os bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto. Brasília, DF: Ministério Público Federal. Disponível em: <https://integramcz.com.br/wp-content/uploads/2019/12/PAIFederalMaceio191128.pdf>.

Brasil (2019a). Serviço Geológico do Brasil (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**: Relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia.

Braskem (2020). **Site da Braskem**. 2020. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/alagoas>.

Costa, L. (2006). **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. São Paulo: Viana & Mosley.

Diário do Transporte (2020). **CBTU interdita parte de linha de trem em Maceió (AL)**. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2020/08/12/cbtu-interdita-parte-de-linha-de-trem-em-maceio-al/>.

Enríquez, M. A. R. S. (2007). **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. (Ph.D.), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <http://www.minerpar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=865>.

Haesbaert, R (2001). Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.

G1 AL (2019). **O que se sabe sobre as rachaduras no Pinheiro**. 17 jan. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/01/17/o-que-se-sabe-sobre-as-rachaduras-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml>.

G1 AL (2020a). **Sorteio de unidades de residencial popular no Rio Novo, em Maceió, será on-line**. 17 mai. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/05/17/sorteio-de-unidades-de-residencial-popular-no-rio-novo-em-maceio-sera-on-line.ghtml>.

G1 AL (2020b). **Trânsito na principal via do Mutange, em Maceió, será interditado a partir de sábado**. 26 mar. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/03/26/transito-na-principal-via-do-mutange-em-maceio-sera-interditado-a-partir-de-sabado.ghtml>.

IBGE (2010). **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

Lopes A., Junqueira E. **Habitação de interesse social em Maceió**. Rio de Janeiro : IBAM/DUMA, 2005. 152 p. Maceió (2005). Lei nº 5486, de 30 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de Maceió. **Legislação**.

Maceió (2007). Lei nº 5593, de 08 de fevereiro de 2007. Institui o Código de Urbanismo e Edificações do município de Maceió. **Legislação**.

Moretti, R. S. (2015). Cartas Geotécnicas e a remoção de famílias – o risco da troca de riscos. In: **Caderno de Resumos do Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental**. São Paulo: ABGE. v-1. p. 1-5.

Oliveira, M. R. (2004). Itinerário geo-histórico das paisagens e dos lugares de Maceió. In: Araújo, L. M (Org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: Edufal.

Simões, L. (Coord.) (2017). **Maceió 200 anos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello.

Stengers, I. (2015) **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify.

TNH1 (2019). **Cientista que previu há 40 anos danos da mineração**. 09 maio. Disponível em: <http://blog.tnh1.com.br/ricardomota/2019/05/09/o-cientista-que-previu-ha-40-anos-os-danos-da-mineracao-do-sal-gema/>.

Vieira, M (2003). **Meio ambiente: nova cidadania ou utopia de poucos?** Maceió: Edufal.